

O estado moderno e o papel dos intelectuais em Gramsci

*Alan Rodrigues de Souza**

Resumo:

Considerando a afirmativa de que é por meio do estado que classes ou grupos sociais (intelectuais) estabelecem relações entre si, com o intuito de fazer-se garantir a “perpetuação” das relações sociais materiais e ideológicas, o presente artigo visa a discutir algumas categorias político-filosóficas criadas por Gramsci para explicar as diversas manifestações do estado e o uso deste como aparelho de dominação. Para tanto, o método do trabalho constituiu-se na análise de parte da obra de Gramsci, bem como da bibliografia especializada no assunto.

Palavras-chave:

Estado Moderno; Intelectuais; Gramsci.

Modern state and the role of the intellectuals in Gramsci

Abstract:

The article discusses the statement that it is through State that classes or social groups (intellectuals) establish relations among them in order to ensure the perpetuation “of social relations and ideological material”. By doing so, this article aims to understand some political-philosophical categories created by Gramsci to explain the various manifestations of the State and its use as a unit of domination. The methodology consists of an analysis of the work of Gramsci and the specialized literature on the subject.

Key words:

Modern State; Intellectuals; Gramsci.

* Graduado em história e mestre em educação (UEM).

De início, é necessário dizer que de forma alguma há, neste artigo, a pretensão de examinar em profundidade o problema do estado no pensamento de Antônio Gramsci, até porque esta não é uma tarefa a enfrentar no espaço de um artigo. De fato, para tratar a questão, dever-se-iam aprofundar todos os aspectos de uma problemática que comportaria uma pesquisa sobre os próprios fundamentos do pensamento filosófico-político gramsciano. Deste modo, neste espaço nos limitaremos a discutir algumas categorias que Gramsci utiliza para explicar as diversas manifestações do estado e o uso deste como aparelho de dominação de classe ou grupos sociais.

Vários são os conceitos e definições sobre o estado, tema que rendeu diversos estudos em diferentes áreas do conhecimento. Sua definição se faz necessária em vista da necessidade de entender as relações dos atores sociais em suas diferentes manifestações. É, pois, por meio do estado que classes ou grupos sociais estabelecem relações de hegemonia que lhes garantem a “perpetuação” das relações sociais materiais e ideológicas. Desta forma, procurou-se aqui apresentar uma concepção de estado entendendo-o como uma relação entre a sociedade civil e a sociedade política. Todavia, seria uma análise inócua, caso não fossem destacados os mecanismos que garantem a força e o consenso ou pelos quais são mediados. Tal mediação é tarefa atribuída aos intelectuais, sujeitos que fazem história e tecem a ideologia dominante, difundindo-a e tornando-a hegemônica.

Desta maneira, o estado é entendido aqui como o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais o grupo dirigente justifica e mantém a sua dominação não somente por meio da coerção, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados. Segundo Gramsci, o estado é força e consenso, ou seja, apesar de estar a serviço de uma classe dominante, ele não se mantém apenas pela força e pela coerção legal, pois sua dominação é bem mais sutil e eficaz. Por meio de diversos meios e sistemas, inclusive e principalmente, de entidades que aparentemente estão fora da estrutura estatal coercitiva, o estado se mantém e se reproduz como instrumento de uma classe, também construindo o consenso no seio da sociedade. Assim, Gramsci amplia a visão marxista de estado, interpretando-o como um ser que a tudo envolve, o qual é composto pela sociedade política e pela sociedade civil. Além disso, é necessário considerar o fato de que o estado assume determinadas formas¹ que correspondem a um tipo particular de relações de produção², tendo em vista que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção.

1 No caso deste estudo, o tipo que nos interessa é o estado moderno.

2 Tendo em vista o tipo de estado aqui analisado ser o burguês, as relações de produção são as capitalistas.

A sociedade política exerce a função de coerção para garantir a manutenção, pela força, da ordem estabelecida. No entanto, ela não se limita ao domínio militar, mas é legitimada e legalizada pelo direito estabelecido. O “estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim” (Gramsci, 1976, p. 96). A coerção para garantia da manutenção da ordem pode ocorrer diante de duas situações:

Uma habitual, que consiste no controle dos grupos sociais que não “consentem” na direção da classe fundamental: esses grupos – as classes subalternas – entram em contradição com a classe dirigente em certo grau da evolução das relações sociais e econômicas. Esta utiliza, pois, a coerção mais ou menos “legal” para manter a sua dominação; a segunda situação é mais excepcional e temporária, na medida em que trata dos períodos de crise orgânica: a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apóia-se na sociedade política para lograr e manter sua dominação (Portelli, 1977, p. 31).

A manifestação de uma dessas situações depende do movimento exercido no bloco histórico. De forma que, se houver um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, a coerção se restringe aos grupos “rebeldes”, sendo legitimada pelo direito estabelecido. No entanto, em períodos de crise orgânica, a única forma de haver a manutenção da ordem é o apego do grupo dirigente pela sociedade política, exercendo a coerção até que se restabeleça o consenso e, conseqüentemente, o consentimento que garanta a legitimidade da dominação.

A sociedade política possui, desta forma, características bem definidas, ao agrupar o conjunto das atividades da superestrutura³ que dizem respeito à função de coerção. Diante disso, essas características só fazem sentido se analisadas conjuntamente com a noção de sociedade civil, tendo em vista que a abstração de ambas não corresponde, evidentemente, à realidade prática. A relação entre sociedade civil e sociedade política ocorre de forma dialética, alternando-se consenso e coerção no seio da superestrutura⁴.

Marx atribui à Hegel a noção de sociedade civil. Em um trecho de *Para a crítica da economia política*, após ter analisado *A filosofia do direito de Hegel*, Marx chegou à seguinte conclusão:

3 Uma das primeiras formulações dessa ideia surge na primeira parte de *A ideologia alemã*, onde há referência à “organização social que nasce diretamente da produção e do comércio, a qual, em todas as épocas, constitui a base do estado, e do resto da superestrutura das ideias”.

4 Não é usada apenas para indicar dois níveis da sociedade que são dependentes, ou seja, o estado e a consciência social. Pelo menos uma vez, na terceira parte de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, a expressão “superestrutura” parece referir-se à consciência ou visão de mundo de uma classe: “sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e formados peculiarmente. Toda classe cria e forma esses elementos a partir de suas bases materiais e das relações sociais que elas correspondem” (Bottomore, 2001, p. 27).

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (Marx, 1978, p. 129).

Desta forma, Marx partilha da concepção hegeliana de que a sociedade civil é o conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado historicamente.

Para Gramsci, a sociedade é composta por organizações privadas que são as instituições que compõem a sociedade, como a igreja, os sindicatos, a maçonaria, as universidades, as escolas, o exército etc. São as instituições que tecem as relações sociais que tornam possível a constituição hegemônica de um grupo social perante o conjunto da sociedade. Portanto, para Gramsci, é o conjunto destes organismos que se denomina sociedade civil. Esta concepção de Gramsci se torna similar à de Marx, de forma que ambos vêem a sociedade civil como baldrame da formação hegemônica político-cultural de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Diante disso, Portelli aponta várias definições de sociedade civil encontradas nos *Cadernos do cárcere*:

Como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.; como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus quantitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore; como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” – isto é, as organizações que a criam e difundem – e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, bibliotecas etc.) (Portelli, 1977, p. 22).

Antes de analisarmos a relação entre sociedade política e sociedade civil no âmbito da superestrutura, é necessário fazer uma distinção importante entre estado e governo; caso contrário, poderá haver uma confusão entre sociedade política e sociedade civil. Segundo Hofling, devemos considerar o estado um:

Conjunto de instituições permanentes⁵ – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo, e governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de estado por um determinado período (Hofling, 2001, p. 31).

5 O termo “instituições permanentes” usado pela autora serve para diferenciar as ações do governo por um determinado período frente ao restante do aparelho estatal. Isso quer dizer que, mesmo que haja mudanças de um governo para outro, algumas instituições são mais resistentes às transformações do que outras. Por exemplo, um governo, quando assume o estado, estabelece políticas para a educação; ao mudar este governo, bem como suas políticas, a instituição escolar permanece. Isso não quer dizer que tal instituição seja eterna. Hofling faz esta discussão para diferenciar estado de governo.

Ainda sobre a questão do estado, Gramsci chama a atenção em seus trabalhos para a distinção de duas formas conceituais, o estado estreito ou unilateral e o estado amplo ou integral. No primeiro caso, o estado funciona apenas como mecanismo repressivo e econômico. A dominação de um grupo por outro por meio do aparelho estatal ocorre da forma clássica (exército, polícia, administração, burocracia). No segundo caso, Gramsci incorpora a questão da hegemonia. Bucu-Glucksmann define de forma sintética o que seria o estado integral.

O estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua “hegemonia”, ainda que ao preço de “equilíbrios de compromisso”, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise (Bucu-Glucksmann, 1980, p. 128).

O estado integral pede um desenvolvimento articulado das superestruturas, excluindo a possibilidade da sua redução somente ao governo ou força, mesmo sendo ele forte ideologicamente. O desequilíbrio entre sociedade civil (consenso) e sociedade política (força) indica a existência de crise hegemônica do grupo no poder, o que se resume na reorganização do grupo hegemônico sob o aparato estatal na forma de regimes autoritários. Isso acontece porque, em períodos de crise orgânica, o grupo dominante perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr e manter sua dominação. Além do mais, “a estrutura definitiva do estado depende das características da atividade dos intelectuais, entendidos como ‘agentes’ da classe dominante, para o exercício da direção política e cultural do bloco histórico” (Portelli, 1977, p. 36).

A relação entre sociedade civil e sociedade política ocorre no âmbito de uma unidade dialética⁶ em que consenso e coerção são empregados de modo a estarem sempre presentes. Não existe uma organização social em que haja apenas o consentimento como base da hegemonia ou apenas a coerção. “A divisão dos poderes, toda a discussão havida para a sua efetivação e o dogmatismo jurídico derivado do seu advento, constituem o resultado da luta entre sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico” (Gramsci, 1976, p. 95).

A relação dialética entre sociedade civil e sociedade política está ligada às formas que assumem os movimentos orgânicos e os fenômenos conjunturais⁷ no interior do bloco histórico. Os movimentos orgânicos são caracterizados por relações relativamente permanentes, que não são momentâneas. Estes movimentos representam a

6 *Grosso modo*, dialética é a maneira de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória, em permanente transformação.

7 Fenômenos de conjuntura apresentam-se de forma ocasional, imediata, sem amplo alcance histórico. Por exemplo, a justificativa do golpe utilizada pelos militares, de que o Brasil corria risco frente ao perigo comunista, pode ser considerada um fenômeno de conjuntura, pois este fato, por si só, não dá conta da explicação histórica das relações de força e interesse.

ideologia e a política dos diversos grupos sociais. Para tentar exemplificar, usemos o exemplo do golpe militar de 1964 no Brasil. A tomada do poder pelos militares pode ser considerada um movimento orgânico, que expressa novas relações em âmbito superestrutural.

Gramsci retoma dois princípios de Marx que constam no Prefácio à *Introdução à crítica da economia política*.

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (Gramsci, 1976, p. 45).

Partindo do pressuposto de que sociedade civil é, *grosso modo*, a ideologia⁸ cimentada das organizações “ditas privadas” e que estas ideologias têm por função organizar os grupos sociais; e, por outro lado, que a sociedade política, além da coerção, obtém o consentimento, devemos entender o movimento orgânico como a relação entre estrutura⁹ e superestrutura no seio do bloco histórico¹⁰. O vínculo orgânico que medeia a relação de uma com a outra é realizado pela camada social encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico, os intelectuais¹¹.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais

8 A ideologia não oferece um verdadeiro conhecimento da estrutura social, ela mascara a sua função e oculta as contradições. A sua função original é determinada pelas relações de classe.

9 Em *Para crítica da economia política*, Marx define a sua concepção de estrutura. “Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1978, pp. 129-30).

10 Este ponto é muito polêmico no campo do marxismo. Assim, entendemos que o movimento da história depende da consciência que tal ou qual grupo social tem da possibilidade de ação e luta que é são consentida por determinadas condições objetivas. O grupo social, uma vez reconhecendo as condições materiais de sua ação, torna-se livre para transformá-las em meio de liberdade, instrumento para criar uma nova forma ético-política. Por exemplo, a relação entre o partido e a classe. É pelas suas relações contraditórias na vida material que a classe toma consciência, porém, essa consciência pode ser manifestada de forma negativa ou positiva. Prevalendo a segunda forma, as ideologias que germinaram anteriormente tornam-se partido. No entanto, essa análise não deve ser realizada mecanicamente, como puro reflexo. O partido também tem por função fazer que a classe tome consciência das condições estruturais, *apresentando-a a tais condições estruturais às quais ela está submetida*.

11 Segundo Gramsci, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. (...) Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (Gramsci, 1989, pp. 7-8).

camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (Gramsci, 1995, p. 7).

A organização dos intelectuais na sociedade ocorre no seio do desenvolvimento material desta e tem por função garantir os mais diversos interesses dos grupos que a compõem. Esses interesses são legitimados pela ideologia¹² do grupo que consegue estabelecer relações hegemônicas dentro das instituições que envolvem o corpo social.

Estes intelectuais estão ligados às estruturas e formações sociais antigas e novas. Os intelectuais ligados às velhas estruturas são denominados por Gramsci de intelectuais tradicionais; já os pertencentes às novas estruturas são os intelectuais orgânicos.

Salvaguardadas as distinções de tempo e espaço das análises de Gramsci, suas reflexões se aproximam muito do contexto de formação social brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960, haja vista o profundo conflito entre desenvolvimento industrial e as estruturas agrárias ou fundiárias. Diante disso, nos aproximamos da distinção que Gramsci faz dos intelectuais orgânicos e dos intelectuais tradicionais, ligando os primeiros ao tipo urbano, e os segundos ao tipo rural.

Os intelectuais de tipo urbano crescem juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. (...) não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresariado, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na medida geral, os intelectuais urbanos são bastante estandartizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico estado-maior industrial (Gramsci, 1989, p. 12).

Este tipo de intelectual representa a burguesia em seu avanço no desenvolvimento das forças produtivas. Estão ligados ao processo de desenvolvimento do capital no âmbito das relações de produção capitalistas (desenvolvimento da atividade industrial e comércio em geral). São, deste modo, responsáveis por tecerem “planos” para aperfeiçoar o desenvolvimento das relações capitalistas e por justificá-las (ideologicamente) de forma que tais relações sejam tomadas consensualmente como naturais e legítimas.

12 As ideologias e as atividades políticas tornam-se, assim, o verdadeiro terreno onde os homens tomam consciência dos conflitos que se desenvolvem ao nível da estrutura, o que lhes confere um valor estrutural e confirma a noção de bloco histórico. A ideologia política burguesa consiste não simplesmente em ocultar o nível econômico sempre determinante, mas ocultar o nível que assume o papel dominante e, sobretudo, mascarar o próprio fato da sua dominância. A dominação com direção hegemônica de classe pressupõe apresentar interesses como se esses fossem do povo/nação. Dessa forma, há aceitação política específica da dominação por parte das classes dominadas.

Já os intelectuais tradicionais representam as relações sociais de um contexto que precede às novas relações¹³. “Os intelectuais de tipo rural são, em sua maior parte, ‘tradicionais’, isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista.” (Gramsci, 1989, p. 13)

No conflito entre o velho e o novo, os intelectuais orgânicos do novo bloco histórico, essencialmente os do grupo fundamental, opõem-se aos intelectuais do antigo bloco histórico (tradicionais). Para que seja possível construir a hegemonia do novo grupo que surge, os intelectuais orgânicos devem absorver ou suprimir os tradicionais.

O papel de construção da hegemonia é fundamental, tendo em vista que os intelectuais são células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia do grupo dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel. Desta maneira, transformam em concepção de mundo suas ideias, que serão legitimadas e justificadas como naturais.

Tendo em vista o fato de a categoria intelectual não ser uma classe, e sim uma representação desta, a vinculação entre o intelectual e a classe pode ser verificada ao se analisar a função que ele exerce no interior da superestrutura. É esta análise que possibilitará aferir o caráter orgânico ou não do intelectual. A concepção orgânica do intelectual provoca, pois, a rejeição de qualquer concepção “autônoma”, que considere os intelectuais uma categoria “independente” das lutas sociais, ou que seja dotada de características que lhe são próprias. Os intelectuais tradicionais, enquanto agentes da superestrutura, possuem certa autonomia em relação à estrutura socioeconômica, da qual não são “reflexo” passivo, assim como a superestrutura não é o reflexo indispensável para o exercício completo da direção cultural e política.

A autonomia dos intelectuais aparece, pois, como um dos aspectos essenciais da organicidade do vínculo que os une à classe dominante, aspecto necessário à hegemonia desta sobre todo o bloco histórico. A relação que mantém com a estrutura é, assim, uma relação mediata (Portelli, 1977, p. 89).

Diante disso, é necessário ponderar que a autonomia dos intelectuais, especialmente os orgânicos, em relação ao grupo dominante, quando esse grupo não é mais o fundamental, leva a uma crise orgânica, ou seja, à ruptura do vínculo orgânico que o ligava aos grupos intelectuais da sociedade civil. Já os intelectuais tradicionais

13 É necessário chamar a atenção para que não se caia no equívoco de uma análise mecanicista segundo a qual o velho se encerra com o novo. A relação entre os intelectuais é um processo dialético que segue uma continuidade histórica. “Cada grupo social ‘essencial’, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.” (Gramsci, 1995, p. 8)

possuem relativamente maior autonomia que os orgânicos, justamente por se considerarem independentes do grupo social dominante.

Por um lado, esses grupos intelectuais perderam a base social à qual estavam organicamente vinculados; por outro lado, esses intelectuais proclamam-se autônomos porque estão fortemente organizados, formam uma casta. (...) Enfim, e esse é, sobretudo, o caso das igrejas, o fato de que sua ideologia seja religiosa reforça essa convicção, na medida em que a religião é uma concepção de mundo bastante complexa (Portelli, 1977, p. 93).

A autonomia dos intelectuais tradicionais, pela perda da base social, é que potencializa a absorção destes pelos novos intelectuais. Sem o vínculo orgânico, mas organizados como uma casta, a opção que lhes resta diante de novas realidades é serem suprimidos¹⁴ ou absorvidos. Portelli chama a atenção para algumas considerações sobre o desenvolvimento da superestrutura e sua relação com os intelectuais tradicionais.

A importância dos intelectuais tradicionais na massa dos intelectuais tende a reforçar o papel da superestrutura no seio do bloco histórico, mas em detrimento da organicidade de sua relação com a estrutura econômica; ela reduz o ritmo da evolução histórica, impedindo frequentemente a superestrutura de seguir o desenvolvimento da estrutura, a ponto de às vezes detê-lo (Portelli, 1977, p. 95).

Na perspectiva de Portelli, o movimento histórico é, ou pode ser, freado pelos intelectuais tradicionais, uma vez que suas raízes estão ligadas à antiga estrutura, que, por sua vez, entra em contradição com as novas formas de relações de produção desenvolvidas no seio da estrutura e articulada pelos novos intelectuais (intelectuais orgânicos do novo grupo dominante). Diante da realidade do surgimento do novo e da existência do velho, os intelectuais tradicionais ou são suprimidos ou absorvidos pela nova estrutura¹⁵.

O domínio exercido pelos novos intelectuais ou intelectuais orgânicos no seio do bloco histórico, que garante o monopólio cultural, é o aspecto essencial da hegemonia¹⁶. “Os intelectuais da classe historicamente progressista, em determinadas

14 O termo aqui usado não pode ser generalizado, pois pode haver uma permanência relativa de uma classe ou grupo social na estrutura da sociedade. Haja vista ainda na atualidade a existência de grupos sociais ligados a linhagens nobres, havendo ainda muito prestígio e riqueza provenientes de títulos conferidos há séculos.

15 Para ilustrar esta questão da absorção ou supressão de um grupo social, pode-se ter como exemplo uma bela obra literária italiana: *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa. Posteriormente, a obra serviu de inspiração para o cinema. A trama tem como pano de fundo a história da Sicília, centrada no século XIX, quando era dominada pelo ramo espanhol dos Bourbons. O príncipe de Salina, Don Fabrizio começa a perceber que a atuação de Garibaldi iria alterar de forma inexorável a estrutura de poder então dominante na Sicília e na aristocracia local. Quando acontece o desembarque na Sicília de cerca de mil voluntários garibaldinos e a ameaça se torna iminente, Tancredi, sobrinho do príncipe, sussurra para ele a fórmula mágica: “*se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude*”. Assim, ele também participa da luta pela unificação da Itália, garante a continuidade da influência da família no poder e, ao mesmo tempo, a sua própria sobrevivência social, casando-se com a filha do latifundiário local. Era a velha aristocracia aliando-se à força ascendente da nova época: a burguesia.

16 Tentando compreender de forma mais ampla o princípio gramsciano de hegemonia, é necessário nos

condições, exercem tal poder de atração que terminam, em última análise, subordinando a si os intelectuais dos outros grupos” (Portelli, 1977, p. 66). A “gravitação” dos grupos sociais em torno do grupo dirigente gera um bloco ideológico que será responsável por tecer o consenso e a legitimidade da dominação.

Nessa perspectiva de luta entre os grupos sociais no âmbito da sociedade civil e sociedade política, afirma Gramsci:

A divisão dos poderes, toda a discussão havida para a sua efetivação e o dogmatismo jurídico derivado do seu advento, constitui o resultado da luta entre sociedade civil e sociedade política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável entre as classes, determinado pelo fato de que algumas categorias de intelectuais (a serviço direto do estado, especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas às velhas classes dominantes (Gramsci, 1976, p. 95).

O velho que aos poucos sucumbe ao novo não fica passivo diante de tal transformação. Os intelectuais tradicionais manifestam resistência e tentam até o último instante de suas forças impedir que seu grupo seja submetido à nova realidade gerada pelo desenvolvimento histórico. Bourdieu, na sua teoria dos campos sociais, argumenta que uma das características centrais de um campo é “a luta entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante, que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (Bourdieu, 1983, p. 89).

A hegemonia¹⁷ de um grupo ou uma classe consiste em estabelecer um consenso entre os demais, mesmo que alguns interesses do grupo dominante sejam sacrificados neste processo¹⁸. O consenso gera o equilíbrio, e este pode ser abalado pelo processo de luta ou jogo de interesses dentro do bloco de alianças. No entanto, a hegemonia não deve ser confundida simplesmente como alianças de classes. Tal distinção se faz necessária em vista de haver grupos aliados que permitam reforçar

determos, primeiramente, na concepção de Lenin sobre a questão, já que é a este que Gramsci atribui a formulação do princípio teórico-prático da hegemonia. O princípio da hegemonia encontrado nos escritos de Lenin, embora não utilizados explicitamente, refere-se basicamente à ditadura do proletariado e fundamenta-se na especificidade da história russa e função do proletariado. Este princípio, embora construído em situação histórica distinta daquela vivida por Gramsci, forneceu-lhe os elementos básicos que lhe permitiram construir o próprio conceito, ampliando e enriquecendo a concepção leninista. O que permite a Lenin e a Gramsci elaborarem em situações históricas distintas o conceito de hegemonia é a compreensão que ambos têm de que a sociedade é um todo orgânico e unitário, que se explica a partir da base econômica, mas que não pode ser reduzida inteiramente a ela, pois tal redução implicaria a negação da ação política e da própria hegemonia.

17 O conceito gramsciano de hegemonia estabelece um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção, de conquistas de alianças e que tem como propósito fornecer uma base social ao estado. Neste sentido, o conceito é apresentado por Gramsci em grande amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. Portanto, o êxito na plenitude do consenso gerado pelas relações e mediações estabelecidas pelo grupo dominante é que garante a hegemonia. Em outras palavras, na legitimação de ideias e práticas de um determinado grupo social.

18 O estado de bem-estar (*welfare state*) é um exemplo. Mesmo causando sacrifícios econômicos às classes dominantes, este tipo de política de forma alguma pode questionar as estruturas do estado capitalista.

o poder da base política e grupos que possuem interesses iguais aos do grupo dominante. No primeiro caso, argumenta Portelli:

Se os grupos auxiliares são vitais para manter sua hegemonia, é evidente que a classe fundamental não deve limitar-se a observar seus intelectuais para controlá-los ideologicamente, mas, sobretudo, levar em conta seus próprios interesses. É nessa medida que o sistema hegemônico pode ser qualificado de aliança: na medida em que o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida do estado é concebida como uma formação contínua e uma contínua superação de equilíbrios instáveis (nos limites da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante predominam, isto é: sem chegar ao mesquinho interesse econômico-corporativo (Portelli, 1977, p. 78).

No segundo caso, quando os interesses dos grupos auxiliares coincidem com os interesses do grupo dominante, aponta Portelli,

Interesses da classe dirigente e interesses dos grupos auxiliares são, pois, complementares em tal sistema. A base social da hegemonia é essencialmente favorável à burguesia: nesse sentido, se existe aliança, esta não passa da hegemonia econômica, ideológica e política exercida pela classe dirigente sobre outros grupos (Portelli, 1977, p. 79).

Em tal sistema, a classe ou grupo dominante dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil. Esse controle caracteriza-se, particularmente, pela difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais, tornando-se, assim, “senso comum”, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo ao qual cabe a gestão da sociedade civil. Quando a classe ou grupo social não consegue mais estabelecer sua relação hegemônica nas duas formas citadas, evidencia-se que há uma crise do bloco histórico. O resultado disto pode vir a ser a configuração de um estado autoritário, ou uma ditadura, que seria a dominação exclusivamente através da coerção, graças à detenção do aparelho de estado. A ditadura seria, então, um período transitório entre períodos hegemônicos, ou seja, a transição entre uma forma hegemônica decadente e uma nova forma hegemônica que ascende. Embora a hegemonia seja a forma pela qual predomina a sociedade civil, a ditadura possui certa ligação com ela. “As relações entre hegemonia e ditadura são menos esquemáticas: como a sociedade civil e a sociedade política no seio da superestrutura, a hegemonia e a ditadura não são totalmente separadas.” (Portelli, 1977, p. 69)

Vamos sintetizar a concepção sobre as categorias gramscianas aqui abordadas. Entendemos como bloco histórico a inter-relação orgânica entre a infraestrutura e superestrutura de uma determinada sociedade, mediante o conjunto das relações sociais de produção então assumidas. Desta forma, o estado, no sentido gramsciano, seria a união entre sociedade civil e sociedade política, ou consenso incorporado

de força. A sociedade civil, instância em que predomina a hegemonia das formas ideológicas da classe ou grupo dominante, determinadas pelas organizações privadas, faz prevalecer o consenso da legitimidade pela justificação das relações sociais como sendo naturais, ou seja, a-históricas. A sociedade política é a incorporação da coerção, ela tem por função garantir pela força, por meio de seus organismos, a reprodução das relações sociais de produção.

Os intelectuais, atores sociais encarregados de gerir a superestrutura do bloco histórico, fazem a mediação entre sociedade civil e sociedade política, em alguns casos, ocupando postos como funcionários do aparato estatal, têm a função de tecer a ideologia do grupo ou classe que detém o poder; esta ideologia é que garantirá o consenso e formará a hegemonia desse grupo. Ligados à estrutura de formações sociais antigas e novas, os intelectuais são classificados como tradicionais e orgânicos, respectivamente. Nesta relação entre o novo e o velho há uma luta constante pela garantia de interesses. As velhas estruturas resistem a serem suprimidas ou incorporadas e as novas, que lutam pela ascensão, não podem permitir a predominância das antigas. É no momento de equilíbrio desta relação que se estabelece a hegemonia. Quando não há este equilíbrio, o grupo que quer se garantir no poder recorre à sociedade política, garantindo a dominação por meio da coerção, configurando-se, assim, um governo autoritário ou uma ditadura. Esta última forma de governo seria uma transição entre formas hegemônicas, ou seja, a garantia da ordem pela força até que se constitua uma nova forma hegemônica do grupo dominante e não seja mais necessária exclusivamente a força para garantir a dominação.

Para concluir, é necessário dizer que as categorias que Gramsci utiliza para explicar o funcionamento e a dinâmica do estado demonstram a necessidade indispensável de uma reconciliação entre sujeito e história universal. Além disso, revela-se atual porque torna evidentes aquelas contradições entre exigência de consciência e falta desta que, como vimos, caracteriza ainda boa parte dos processos históricos e políticos contemporâneos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, B. J. *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BUCI-GLUCKMANN, C. *Gramsci e o estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Políticas públicas e educação*. Caderno Cedes 55. Campinas, pp. 30-42, 2001.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.